



A LITERATURA INFANTO-JUVENIL NA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Isabella Nara Costa Alves, Bianca Silveira Marques, Edinilza Maria de Oliveira Silva Morais,
Jennyfer Paloma de Oliveira Morais, Érica M^a S. Montenegro de Mélo

Faculdade dos Guararapes

RESUMO

O presente trabalho apresenta um relato de experiência de uma atividade realizada em uma escola pública do Recife, com duas turmas do 3º ano do Ensino Fundamental. Na ocasião, realizamos algumas atividades para saber o que as crianças entendiam por ser menino e ser menina. Em um primeiro momento, realizamos uma atividade em que pudéssemos sondar conhecimento prévios das crianças. Posteriormente, promovemos um debate através de uma obra literária, analisando como a literatura infanto-juvenil pode promover discussões sobre as relações de gênero, contribuindo para a quebra de paradigmas e desconstrução de estereótipos. Para esse debate, ressaltamos a ética, permitindo ao sujeito viver em sociedade. Neste trabalho conceituamos gênero, que se diferencia imediatamente de sexo e orientação sexual. A seguir, discutimos o papel do (a) professor (a) no trato com as questões de gênero e de que forma a literatura infanto-juvenil se apresenta como um importante recurso no trato dessa temática. Por fim, relatamos a aula feita com na escola, e os resultados advindos dela. Analisamos a postura das crianças perante o olhar para esta temática tão importante para a vida em sociedade. Acreditamos que esse trabalho venha a orientar os professores e professoras no trato das questões de gênero, promovendo discussões e solucionando dúvidas, especificamente sobre que caminhos e recursos pedagógicos podem orientar práticas em sala de aula.

Palavras-chave: Literatura, Gênero, Relato.

1. A importância da ética e a discussão de gênero em sala de aula.

De acordo com a Constituição Federal, em seu Capítulo I, dos direitos e deveres individuais e coletivos, no Art.5, no inciso I: "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta constituição". Dessa forma, em nosso país, por lei, mulheres e homens devem exercer o mesmo papel dentro da sociedade perante os direitos e obrigações legais, contribuindo de forma igualitária, obtendo a mesma participação e mérito dos dois gêneros.

A ética pode ser compreendida como mediadora entre as situações vividas em um ambiente. Ela é capaz de orientar, disciplinar, direcionar para uma melhor situação em que se



encontra os indivíduos, relacionada às regras e princípios que direcionam o comportamento humano. Assim, espera-se que a ética esteja presente na vida do ser humano introduzindo o caráter e a cultura sem que haja qualquer discriminação perante todos que o rodeiam, independentemente de suas particularidades.

Aprender a conviver nem sempre é uma questão fácil de lidar. Dos quatro pilares da Educação elencados pela Unesco¹, destacamos o "aprender a conviver". Conviver com o próximo, com nossos familiares, com a sociedade em geral e aprender a respeitar, compreender e saber lidar com todas as situações vividas no cotidiano é um dos princípios elencados para a vida na terra. Nesse pensamento, cada um tem sua particularidade, o que nos faz ser diferentes dos demais, portanto, no ambiente escolar, a ética é indispensável, sua posição prevê o regimento e aplicação de regras para todos e todas que constituem a instituição de ensino (BRASIL, 1998). Desta maneira, a discussão de gênero em sala de aula, e o entendimento da significação de ética, promovem uma cultura de paz em toda a sociedade.

2. Gênero, Sexo e Orientação Sexual: a importância da definição dos termos.

O debate acerca da definição de gênero e do que esse termo significa para cada indivíduo é extenso e repleto de referências históricas e culturais. Portanto, para melhor formular esse conceito, é necessário contextualizar essa reflexão a partir do conhecimento da luta do movimento feminista, desde seu surgimento, até a contemporaneidade, afim de que seu conceito seja melhor socializado, compreendendo seu caráter político dentro das construções teóricas.

No final do século XIX e começo do século XX, inicia-se o movimento das mulheres pelo direito ao voto no mundo ocidental, ainda que com intensidade e consequências diferentes em cada país. Essas manifestações ficaram conhecidas como a “primeira onda” do feminismo, ligado ainda somente às pautas de mulheres brancas de classe média, que depois de alguns resultados plausíveis, sofreu uma acomodação (LOURO, 2011).

Já na “segunda onda” do feminismo, o movimento concentrava-se, além das questões de caráter político e social, às produções teóricas. Nesse momento surgem obras, consideradas hoje como grandes clássicos como “Mística Feminina”, de Betty Friedan (1963) e “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir (1949). Esta última ficou conhecida pela famosa frase “Ninguém nasce mulher, torna-se

¹ Segundo o relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI, “A educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser” (UNESCO, 1996).



mulher”² questionando o caráter social do ser feminino, distanciando-se de diferenças puramente biológicas, mas não deixando totalmente, uma vez que a distinção sexual entre homens e mulheres servia – e ainda serve – como justificativa da desigualdade. Portanto, os estudos estavam concentrados, conforme nos aponta Louro (2011, p. 23), “sobre as vidas femininas – formas de trabalho, corpo, prazer, afetos, escolarização, oportunidades de expressão e de manifestações artística, profissional e política, modos de inserção na economia e no campo jurídico”. Dessa forma, as produções teóricas estavam concentradas nas discussões da significação de *ser mulher* e *ser homem*, nos apontando que as questões biológicas eram limitadas nesse debate.

A partir desta discussão, surge o termo “gênero”, diferenciando-se do conceito “sexo”, que fazem parte da sexualidade humana, assim como o conceito de orientação sexual, a ser apresentado em diante. Desta forma, se enfatiza gênero como o campo social na discussão. As diferenças físicas não são deixadas de lado, mas neste momento o que se leva em consideração, conforme nos alerta Louro (2011), “é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino, em uma dada sociedade e em um dado momento histórico” (p. 25).

Desta forma, “sexo” seria o termo adequado para tratar das diferenças biológicas. O *sexo* feminino seria de sujeitos que nasceram com uma vagina, *sexo* masculino para os sujeitos que nasceram com pênis e testículos e intersexo para aqueles indivíduos, que, por ventura, nasceram com os dois órgãos sexuais, o masculino e o feminino. Como nos apontam Leite e Lobo (2014, p.1) “antes de nascermos já começamos a ser definidos: desde o ultrassom quando o pai e a mãe, ao verem se o bebê tem um pênis ou uma vagina, decidem se o quarto vai ser azul ou rosa (se vai ter dinossauros ou florzinhas na parede e assim por diante)”. Nesta lógica, nossa identidade de gênero é dada apenas quando chegamos ao mundo, e estaria diretamente ligada à nossa genitália, mas não é consequência dela. Contudo, conforme nos alerta Louro (2011)

é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. Deste modo, ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens. Busca-se, intencionalmente, contextualizar o que se afirmam ou se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da ‘Mulher’ ou do ‘Homem’. Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando (p. 26).

A partir deste conhecimento, é correto afirmar que o gênero é uma construção social e não uma característica refletida pela genitália, conceito esse que, no final dos anos 80, ainda que timidamente, começou a ser utilizado no Brasil. Pensando nesse viés social, “ser mulher” e “ser homem” muda de um

² Esta frase está presente na obra “O segundo sexo” da autora Simone de Beauvoir, no ano de 1949.



país para o outro, de uma cultura para outra, de uma época de nossos avós para o período em que estamos vivendo. Portanto, o conceito de gênero, e sua identidade, são mutáveis e indetermináveis do ponto de vista do tempo e do espaço.

Para algumas pessoas, conforme nos ensina Jesus (2012), “a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade”, como é o caso de travestis, transexuais e transgêneros³, no grande grupo de pessoas trans. Ao contrário das pessoas *cisgêneras*, ou seja, aquelas que se identificam com o gênero que lhe foi dado ao nascimento, as pessoas *transgêneras* mudam sua identidade de acordo com suas vivências sociais e de como se enxergam no mundo. Desta forma, temos mulheres e homens *cisgêneros* e *transgêneros*, como também existem sujeitos que não se definem como homem e mulher, e guiam seu gênero pela não-binaridade homem/mulher. Vale ressaltar que os gêneros não-binários também se reconhecem como *trans*, uma vez que saem da caixa social homem/mulher para definir-se como não-binários.

Quando o conceito de gênero é formado, diferenciando-se do termo “sexo”, é também necessário desvincular-se da concepção de *orientação sexual*, uma vez que todas fazem parte do grande conjunto da sexualidade dos indivíduos. Muitas pessoas pensam que toda mulher *transgênero* irá se interessar por homens. Essa é uma lógica heteronormativa, pois parte de um pressuposto de que toda mulher deseja/atrai-se por homens. Contudo, essa mulher *trans*, assim como todas as pessoas *cis* e *trans* podem ser homossexuais, heterossexuais, bissexuais, assexuais (terem pouco ou nenhum desejo sexual), etc.

A importância dessa construção esquemática que diferencia gênero, orientação sexual e sexo se dá não só para a melhor construção do conceito de gênero, mas também para a desconstrução de atitudes e falas preconceituosas ao referir-se às pessoas homossexuais e transgêneras, entre outras, formando sujeitos capazes de conviver com as diferenças, escolhendo o conhecimento e a tolerância, em contraposição do ódio e da ignorância.

3. O (a) professor (a) e o trato com as questões de gênero em sala de aula.

A escola é um espaço privilegiado, cercado de visões múltiplas e de discussões onde o indivíduo se reconhece no seu espaço social. Portanto, o (a) educador (a) tem essa função de enxergar a carência, de fragmentar padrões edificadas e desligar-se de tabus que estejam inseridos no espaço escolar.

³ *Travesti* é pessoa que se traveste ou se disfarça com roupas do sexo oposto. Está ligado ao comportamento e ao papel social. *Transexual* é a pessoa em que sua identidade sexual não corresponde ao sexo biológico. Pessoas transexuais geralmente buscam mudança corporal, como cirurgias, entre outras. Já o termo *transgênero* é uma criação social que engloba *travestis* e *transexuais*. “Trans” significa transição, nesse caso de um gênero para o outro. Vale ressaltar que, independentemente de qualquer conceito, a identidade de cada indivíduo deve ser respeitada e reconhecida como tal. (FREITAS, 2016)



A discussão de gênero e sexualidade está muito além das características físicas e biológicas do menino e menina, em que “deve-se dar levando em consideração o contexto social do aluno, seus valores, sentimentos, tabus, medos, desejos e emoções” (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998.vol.9). De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), a partir da infância, a criança deve receber educação sexual até a sua fase adulta e mesmo assim poderá haver dúvidas a respeito, conforme as mudanças em construção no gênero.

Tanto o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) quanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) tratam de sexualidade e do conceito de gênero, em que o (a) educador (a) deve ser inteirado de ideias que contribuam significativamente para crescimento intelectual da criança. Nessa proposta, é correto afirmar que gênero é uma questão de educação, pois desde a pré-escola as crianças são posicionadas às brincadeiras e situações que não as incluem, privilegiando um gênero em detrimento de outro, perpetuando uma visão de “coisas de meninos” e “coisas de meninas”. Portanto é importante que os (as) educadores (as) tenham uma postura perceptiva e acolhedora na questão da sexualidade e nas relações de gênero desenvolvidas com as crianças e adolescentes.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001),

[...] faz-se necessário estatizar essas abordagens na escola, em família no intuito de argumentar paradigmas estabelecidos pela sociedade e pela cultura apontados para homens e mulheres, no sentido de desconstruir regras apontadas ainda como medidas inalteráveis. Baseando-se assim, o educador (a) carece de assuntar as questões de gênero refletindo para estimular a consciência de seus/suas alunos/alunas em relação as conveniências direcionadas à meninos/meninas, conscientizando-os da versatilidade do ser humano quer dizer, apontando para a imensa diversidade dos jeitos de ser". (BRASIL, 2001, p.145).

Tendo essa compreensão de formar um sujeito expansivo, na conscientização das desigualdades de gênero, o (a) educador (a) precisa apurar suas metodologias em sala de aula no sentido de articular uma educação não discriminatória, sem desfazer alteridades em diversidades seja ela sociais, étnicas ou de gênero.

Partindo dessa construção em relação à sexualidade e gênero, o (a) educador (a) não pode tolerar discriminações de qualquer tipo. A educação sobre gênero, sobre seus papéis e seus estereótipos devem ser alvo constante de debates, projetos e demais atividades em sala de aula, no intuito desarticular preconceitos em relação ao “ser homem” e “ser mulher” em nossa sociedade.

4. Literatura infanto-juvenil na discussão de gênero na escola



A temática de gênero é alvo de diversos debates, que se fazem necessários no ambiente escolar. Tratando-se de uma discussão relativamente nova, muitos (as) educadores (as) ainda divergem sobre por qual caminho iniciar a discussão. Esse tópico prevê a literatura infanto-juvenil como articuladora desse debate, sendo um recurso didático que estimula a criticidade dos alunos e alunas, e que já está inserido dentro das escolas.

Argüello (2005) nos ensina que “para analisarmos a constituição de gênero nas crianças é oportuno pensar nos diferentes significados que são atribuídos culturalmente às identidades de gênero na infância” (p. 33). Ela traz exemplos que retratam essas questões de gênero, nas quais meninos gostam de brincar de boneca Barbie e uma menina gosta de jogar futebol sofrim *bullying* e estranhamento das outras crianças, situações que fizeram com que a autora sentisse necessidade de problematizar as questões de gênero na escola. (ARGÜELLO, 2005).

Argüello (2005) relata como a literatura infanto-juvenil é um importante recurso para iniciar o debate entre as crianças, principalmente no que se refere às questões de gênero. A autora nos ensina que a literatura, quando utilizada pelos professores (as) e dialogada com as crianças, acaba por problematizar as relações de gêneros através dos alunos e das alunas. Argüello (2005) nos alerta que

A literatura é uma das diversas roupagens que vestem as práticas pelas quais os sujeitos são interpelados, é o discurso e ao mesmo tempo é criatura do discurso, exercendo uma função reguladora pelas representações nela existentes, sendo ao mesmo tempo regulada pelos discursos que se pretendem hegemônicos (p. 76).

Por ter características intrínsecas de estimular a imaginação, iniciar discussões, aprender novos conceitos e produzir projetos, a literatura torna-se um importante instrumento a ser utilizado pelos professores e professoras, nas diversas modalidades, prevendo a desconstrução de preconceitos quanto ao que pensamos sobre meninos e meninas, desarticulando estereótipos sexistas.

Escolher o livro ideal nem sempre é fácil, pois para cada assunto e público tem um livro a ser escolhido. O vocabulário e as expressões, sejam elas visuais ou orais, do livro também precisam ser analisadas. O (a) professor (a) precisa estar atento (a) para retirar de seu repertório literário obras que perpetuem preconceitos, especificamente sexismo, mostrando a mulher como passiva e subalterna.

As questões compartilhadas acima nos fazem questionar: O que as crianças entendem sobre o que é ser menino/homem e ser menina/mulher? Como a literatura infanto-juvenil pode promover o debate, e por ventura, desconstruir estereótipos sexistas? Diante destas questões é que nós, como



estudantes de Pedagogia, dispostas a desarticular qualquer tipo de situação/atitude preconceituosa, é nos interessamos em realizar uma pesquisa que solucionasse essas questões, na busca de analisar um processo de uma educação emancipatória, estimulando sujeitos pensantes e críticos.

5. Percurso Metodológico e Análise da experiência

Para realizar nossa pesquisa, selecionamos uma escola pública da periferia do Recife, focando em crianças do 3º ano do Ensino Fundamental. Escolhemos essa faixa etária pela desenvoltura das crianças e a capacidade de debater a temática de forma mais ampla, uma vez que já carregavam valores morais sedimentados desde pequenas, o que inclui as relações de gênero. Para entender que noções as crianças tinham entre ser menina/mulher e ser menino/homem, fizemos um plano de atividades que abrangia um breve diagnóstico com as crianças, para posteriormente realizarmos a leitura de uma obra de literatura infanto-juvenil que promovesse discussões daqueles valores postos pelos alunos e alunas, seguida por uma atividade em que pudéssemos observar mudanças advindas da leitura do livro e do debate. Dessa maneira, nosso percurso metodológico preferiu valorizar a fala dos alunos e alunas, manifestando a “importância de olhar para a criança com possibilidade de manifestar suas ideias, suas hipóteses, de estabelecer relações e de se comunicar” (ARGÜELLO, 2013).

A pesquisa foi realizada com 19 crianças (10 meninos e 9 meninas) de duas turmas de 3º ano do Ensino Fundamental com idades entre 7 a 12 anos. Em um primeiro momento, nos apresentamos, dizendo que éramos estudantes da faculdade e que queríamos fazer uma atividade com eles (as) e que contávamos com a participação de todos/as. No segundo momento, pedimos às crianças que se separassem em dois grupos que incluíssem meninos e meninas. Elas se separaram em dois grupos mistos, em mesas diferentes. Cada mesa recebeu um cartaz, sendo que o primeiro grupo recebeu um com o nome “meninos” e o segundo grupo recebeu um com o nome “meninas”. As crianças questionaram o que estava escrito, uma vez que havia meninos com o cartaz com o nome “meninas” e vice-versa. Explicamos que os grupos que estavam ali somente eram responsáveis pelo material, mas que não pertenciam àquele gênero.

Em uma mesa separada, depositamos figuras variadas, com peças do **vestuário** (vestidos, camisas, saia, calças, sapatos, relógios de pulso, maiôs, biquíni, cueca, calcinha, variando em cores e estilos), **brinquedos** (carrinhos, boneca/o, dinossauro de brinquedo, aviõezinhos, bicicleta, entre outros, que variavam em cores e formas), **produtos de beleza** (esmalte, batom, secador) e **objetos** variados como *notebook*, estetoscópio, microscópio, vassoura, videogame, capacete, carrinho de bebê,



ferramentas (chave inglesa, martelo, chave de fenda), materiais escolares, entre outros. Em seguida, solicitamos que cada grupo retirasse da mesa aquilo que as crianças achavam que pertenciam àquele cartaz. Ou seja, o grupo A (com o cartaz “meninas”) pegavam objetos que ele achava que meninas e mulheres usavam, e a outra equipe com o cartaz “meninos” (grupo B) retiravam materiais que ela achava que pertenciam aos meninos e homens.

Seguida de grande agitação das crianças e realização do que foi pedido, percebemos que elas fizeram separações em grande contraste: o cartaz “meninos” ficou coberto com figuras como carrinhos, camisa social, blusa esportiva, calças, cueca, dinossauro de brinquedo, aviõezinhos, *notebook*, estetoscópio, microscópio, videogame, capacete, bicicleta e materiais escolares, etc., enquanto que o cartaz “meninas” encontrava-se com imagens como boneca, carrinho de bebê, vestidos, calcinha, saia, maiôs, biquíni, esmalte, batom, entre outros. As crianças do grupo A disseram que “menina não usa capacete” e “ferramentas só menino usa”. O grupo B falou que não queria a saia e o batom, dizendo que “homens não usam”. Essa separação é sedimentada em estereótipos sedimentados por nossa sociedade, como nos ensina Torres (2013):

O meio social fornece e imprime significados diferentes para o comportamento de mulheres e homens que vão sendo introjetados e assumidos como naturais e pertencentes a um ou outro. [...]. Quais são as categorias impostas aos gêneros masculino e feminino? São opostas, não são? [...]. Homens: razão – Mulheres: mais emoção; Homens: dominação – Mulheres: submissão. Homens: público – Mulheres: privado. Homens: fora – Mulheres: dentro. (p. 125).

Percebemos que cores, estilos e formas foram decisivos na separação dos objetos: o carrinho rosa ficou no cartaz “meninas”, enquanto que o carrinho azul ficou no cartaz “meninos”, sapatos de salto alto ficaram no cartaz “meninas” e os sapatos marrons tipo *mocassin* ficaram no cartaz “meninos”. Contudo, percebemos que, apesar de cores e formas, certas escolhas foram conservadas. Por exemplo, o biquíni e o vestido, apesar de serem azuis, foram designados ao cartaz “meninas”, assim como o maiô preto. No que se refere a cores e roupas, a escritora e professora Gilda de Mello e Souza, na obra “O Espírito da Roupas”, nos ensina como a moda manifesta noções de feminilidade e masculinidade presentes na sociedade do século XIX. AZEVEDO (2007), nos aponta que “a partir de um determinado momento houve, no vestuário, uma separação entre homem e mulher, aonde cada qual tinha com muita clareza a sua forma, cor e tipo de tecido que lhe cabia naquele contexto social” (p. 14).

Em sua análise da moda do século XIX, Souza nos alerta que sociedade cobrava da mulher seu papel de esposa e mãe, conduta essa manifestada através das roupas e suas cores e tecidos. Sendo assim, as normas de gênero daquela época, que perduram nos tempos atuais,



afastou o grupo masculino do feminino, conferindo a cada um uma forma diferente, um conjunto diverso de tecidos e de cores, restrito para o homem, abundante para a mulher, exilando o primeiro numa existência sombria onde a beleza está ausente, enquanto afoga a segunda em fofos e laçarotes. [...]. Para a mulher a beleza, para o homem o despojamento completo. (SOUZA, 2005 *apud* AZEVEDO, 2005, p. 17).

A moda masculina desde o século XIX sofreu alterações, perdendo traços de exibicionismo, desta vez focando na seriedade de cores, como cinza e preto. Já a moda designada às mulheres ganha enfeites, babados, fitas, rendas, estampas florais e cores claras, como o branco, a cor rosa e tons pastéis, refletindo a sensibilidade de seu papel esperado de mãe e esposa (AZEVEDO, 2015). Assis (2012) nos ensina que “estabelecer que para cada sexo existe uma vestimenta específica, que segue um tipo de padronização de formas delineadoras do corpo, sustenta também uma padronização no nível da identidade. Os sujeitos tornam-se normalizados por dentro e por fora” (p.4). Desta forma, podemos perceber que a fala das crianças perpetua essa cultura de tons, estampas e tipos de roupas diferentes para homens e mulheres que regem as condutas de gênero em nossa sociedade.

No terceiro momento, pedimos que as crianças se acomodassem para a contação do livro *Porque meninos tem pés grandes e meninas tem pés pequenos?*, da autora Sandra Blanco. Através da indagação feita pelo título, o livro questiona sobre esteriótipos e discriminação presente nas relações familiares e brincadeiras infantis. Essa obra foi escolhida por conter um conteúdo leve e sensível, em que a autora leva uma reflexão às sobre a postura das crianças no cotidiano, baseada no respeito com suas escolhas e com as dos outros indivíduos, revelando o verdadeiro sentido da felicidade de cada um (a). Na contação da história houve quietude e silêncio das crianças, exceto pelas manifestações faciais surpresas com alguns trechos da história e risos com os trechos engraçados. Em um momento posterior à leitura, houve um momento de considerações sobre a história lida, onde foi perguntando que mensagens foram compartilhadas. As crianças falaram que o livro dizia que tanto meninos quanto meninas tinham chulé, que meninos e meninas chutavam a bola, que meninos e meninas tinham pés pequenos ou grandes, que cada um brincava do que quisesse, entre outras falas que entravam em contradição com o que foi produzido na atividade anterior.

No quarto momento, perguntamos às crianças, baseado no que elas haviam aprendido com o livro, se elas gostariam de mudar algo nos cartazes. Indagamos a cada grupo se haviam algum objeto que poderia estar no outro cartaz. Desta maneira, as crianças foram compartilhando os materiais, momento em que foi necessário surgir uma terceira cartolina com os dizeres: “Todo mundo pode usar! ”. Perguntamos que objetos elas quisessem colocar no cartaz, dessa vez colando. Os primeiros objetos a



serem apontados foram o telescópio, o boné, a bicicleta, materiais escolares, livros, com as crianças compartilhando que “as meninas e os meninos usam”. Nesse momento, fizemos perguntas que estimulassem as crianças a pensar em que tipo de situações específicas homens e mulheres usam determinados objetos no cotidiano. Por exemplo, o batom, que foi compartilhado que em uma apresentação teatral meninos também poderiam usar.

O cartaz “Todo mundo pode usar!” foi tomado por todas as imagens que foram entregues na atividade. Percebemos, contudo, que muitas delas foram coladas por impulso dos alunos e alunas, uma vez que já que tantas gravuras estavam sendo coladas, então todas também podiam ser, não havendo uma discussão da razão porque aquele objeto estava sendo incluído. No que se refere a roupas, como calças, vestidos, cueca e calcinha foi necessário um debate, perguntando às crianças se elas usavam aquele tipo de roupa ou se algum (a) colega poderia usar se quisesse, para que fosse incluído ou não no cartaz “Todo mundo pode usar!”. Dois meninos disseram que não usavam calcinha, que não era comum, mas que respeitariam um colega que quisesse usar. Perguntamos se esse colega hipotético deixaria de ser homem se usasse, e as crianças afirmaram em prontidão que não. Essas falas nos remetem as regras e condutas que nossa sociedade impõe sobre os gêneros masculino e feminino, mas também nos mostram noções de respeito entre as escolhas de outras pessoas entendidas pelas crianças. Sobre as questões acima citadas, validadas culturalmente pelos alunos e alunas, Torres (2013) nos ensina que “a cultura atribui funções reais e simbólicas próprias de cada um, mas é no interior dos processos e estruturas psíquicas inconscientes que esses traços são internalizados, reelaborados, ressignificados e transformados em valores e atitudes” (p. 123).

A vida prática e a influência da mídia também foram levadas em consideração pelos alunos e alunas, repensando suas escolhas e até mesmo mudando de opinião. Isso foi percebido quando a camisa social branca, que antes foi designada ao cartaz com os dizeres “meninos”, foi colada no terceiro cartaz depois que um menino comparou com a roupa de uma das pesquisadoras, que vestia uma camisa social semelhante à do desenho. Também foi socializado por um menino que meninas também usavam capacete, e que ele tinha visto uma menina utilizando aquele objeto em uma novela. Uma menina incluiu o secador no terceiro cartaz, argumentando que existem “meninos que usam cabelos de meninas”. Perguntamos que cabelo seria esse, e a menina argumentou dizendo que seria “cabelo grande”. Essas falas nos remetem às regras de sexualidade impostas por nossa sociedade, discutidas anteriormente por Louro (2011), que regem corpos, comportamentos, objetos, profissões, vestimentas de tal forma que estes instrumentos e condutas passam a ser reconhecidos socialmente e culturalmente como parte intrínseca daquele gênero.



A aula terminou com agradecimentos aos alunos, às alunas e as professoras das turmas que disponibilizaram seu tempo para a elaboração da atividade, da contação da história e dos debates trazidos. Gratificamos as crianças pela participação ativa em todos (as) os momentos da atividade e perguntamos se elas gostaram e o que elas tinham aprendido naquela aula. As crianças disseram que gostaram da atividade, manifestando grande satisfação. Compartilharam que aprenderam sobre o que meninos e meninas usam, que meninas também usam skate, citando uma moça de uma novela. Também socializamos com as crianças que, se elas quisessem ler mais sobre o assunto, havia livros na biblioteca que falavam sobre essa temática, e que estariam à disposição delas.

6. Considerações finais

A discussão sobre gênero na escola prevê questionamentos sobre a vida cotidiana entre meninos e meninas, suas brincadeiras, seus gostos, suas vestimentas e seus modos de ser, refletem em suas vidas de modo direto, deixando consequências para o futuro no convívio familiar, no trabalho, nos relacionamentos e demais convívios sociais. Portanto, o debate sobre o que as crianças entendem sobre ser mulher e ser homem e a quebra de paradigmas é indispensável no ambiente escolar.

A literatura infanto-juvenil, por possuir valores que incluem o debate de questões delicadas, é carregada de estímulos e linguagens incomparáveis com outros instrumentos, estimulando a imaginação e a criticidade das crianças. Em nossa pesquisa, a obra literária *“Porque meninos tem pés grandes e meninas tem pés pequenos?”*, da autora Sandra Blanco, se apresentou como importante articuladora na discussão da temática de gênero, apresentando novas perspectivas em nossas falas, como professoras, e nas vozes das crianças, que repensaram seu modo de enxergar as feminilidades e masculinidades presentes ao nosso redor.

Esperamos ter quebrado estereótipos sexistas presentes na fala das crianças através da obra literária, da atividade e da fala dos (as) próprios (as) colegas, que sem dúvida levantam questões e argumentações no modo de pensar de cada um (a). Entendemos que as falas das crianças apenas refletem a construção de toda nossa sociedade, que cerceiam tabus e preconceitos do que mulheres e homens não podem ser/fazer, apenas por sua condição de ser mulher ou homem. Isso, prova, antes de tudo, a tão necessária discussão sobre gênero na escola, desarticulando tabus enraizados, discriminações, estranhamentos e violência dentro e fora do ambiente escolar. Acreditamos ser necessária novas visitas à escola, retomando a discussão com as crianças, estudando novas obras literárias e apresentando-as aos alunos e alunas, afim de que novas descobertas sejam feitas por nós e pelos (as) estudantes e novas visões sejam apresentadas.



Referências

ARGÜELLO, Zandra Elisa Arguello. **Dialogando com as crianças sobre gênero através da literatura infantil**. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6961/000537801.pdf?sequence=1>. Acesso em 17 de julho de 2016. Rio Grande do Sul, 2005.

ASSIS, F. G. ; **Vestuário e gênero**: esboços para uma problematização das identidades em Orlando: a biography. In: 17º Encontro nacional da rede feminista norte e nordeste de estudos e pesquisas sobre a mulher e relações de gênero - REDOR, 2012, João Pessoa. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero - REDOR, 2012.

AZEVEDO, Andrea de Aguiar Cançado. **Imagem, feminino e resistência na moda**. Disponível em: https://www.enmoda.com.br/site/_arquivos/artigos/174150_AACAzevedo.pdf. Acesso em: 01 de agosto de 2016. 2007.

BRASIL. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI)**, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

FREITAS, Caroline. A diferença entre Transexual, Travesti e Transgênero. 2016. Disponível em: <http://sexosemduvida.com/a-diferenca-entre-transexual-travesti-e-transgenero/>. Acesso em: 04 de agosto de 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Disponível em:

https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANNS.pdf?1334065989. Acesso em: 15 de julho de 2016. Brasília, 2012.

LEITE, Beatriz H. M. LOBO, Natália. **Identidade de Gênero**: uma introdução. Revista Capitolina. 2014. Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/identidade-de-genero-uma-introducao/> . Acesso em: 11 de julho de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 13. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

TORRES, Cláudia Vaz. **Psicologia e Comportamento**. Salvador: UNIFACS, 2013.

UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir; Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em 04 de Agosto de 2016. Paris: UNESCO,1996.